

CNE ANALISA SÍMBOLOS RELIGIOSOS

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) reúne-se em plenário dia 5 de Dezembro para se pronunciar sobre uma posição da Associação Cívica República e Laicidade que exige a proibição de símbolos religiosos nas assembleias de voto no referendo sobre o aborto. O tema é delicado e o seu agendamento foi adiado na última reunião, uma vez que o Chefe de Estado ainda não tinha tomado uma decisão. Hoje, a CNE aprova o procedimento interno de campanha (logotipo).

Na consulta popular, os movimentos de cidadãos que pretendam participar em campanha têm de reunir cinco mil assinaturas, no mínimo, e escolher 25 mandatários como impõe a Lei Orgânica do Referendo. E para os constituírem devem formalizá-los 15 dias após a convocação da consulta popular.

A JS já lançou uma campanha de recenseamento para o referendo e, entre os movimentos pela despenalização, está o Movimento Voto Sim, que junta Vasco Rato, ex-dirigente do PSD, e 12 deputados sociais-democratas, além do Em Movimento pelo Sim, com José Saramago, José Carlos Malato e Graça Mexia. Já a plataforma Não Obrigada é lançada dia 4 de Dezembro.